

Micarê não convence distritais

Secretários de Segurança e Turismo prestam esclarecimentos na Câmara legislativa, mas deputados questionam números apresentados

Karina Falcone
Da equipe do **Correio**

Atenção era prestar esclarecimentos sobre a Micarecandanga, o carnaval fora de época de Brasília. Só que as informações, além de tardias, não convenceram a oposição, que saiu frustrada do plenário da Câmara Legislativa. Convocados pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), os secretários Roberto Aguiar (Segurança), Rodrigo Rollemberg (Turismo) e o administrador de Brasília, Antônio Carlos Andrade, responderam a todos os questionamentos dos deputados, mas só deixaram alguns satisfeitos.

“Não avançamos em nada porque eles (do governo) não mostraram números consistentes. Disseram que mandariam depois, mas não marcaram data. Quem sabe depois da eleição”. A crítica do deputado Daniel Marques (PMDB) saiu em tom de desabafo. Marques pediu a palavra já no final do debate e indagou sobre o número total de ingressos e mortalhas vendidos du-

rante a festa. Na réplica, Rollemberg pediu desculpas e não respondeu. “Esta informação deve estar com a Secretaria de Fazenda. Terei prazer em lhe repassar depois”, rebateu.

No balanço apresentado pelos secretários, as novidades foram a apresentação dos gastos na Segurança Pública e a arrecadação do GDF com o carnaval fora de época. Segundo Roberto Aguiar, a secretaria desembolsou R\$ 130 mil para o pagamento das polícias civil e militar, Detran e Corpo de Bombeiros. “Calculamos a hora de trabalho paga a cada corporação e, com base neste resultado, pagamos o tempo de serviço deles durante a Micarecandanga”, esclareceu.

Apesar dos números precisos de Aguiar, o secretário de Turismo afirmou categoricamente: “o governo não gastou nem um tostão dos recursos públicos com a Micarecandanga”. Nas contas de Rollemberg, o único investimento do GDF foi negociar R\$ 150 mil em cotas com as empresas privadas. Sobre a arrecadação, o secretário declarou a quantia de R\$ 60 mil, vindas de pagamentos de taxas pelo uso de área pública e arrecadação do ISS.

Adauto Cruz 14.8.97



Roberto Aguiar, Sérgio Monday e Rodrigo Rollemberg: deputados questionam relação entre governo e empresário